DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AS CONDIÇÕES HABITACIONAIS

Mariana Fonsati Teodoro (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Marina Silva da Cunha (Orientador). E-mail: mscunha@uem.br

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Maringá, PR.

Economia/Economia do bem-estar social

Palavras-chave: Sustentabilidade; Déficit habitacional; Bem-estar social

RESUMO

Este projeto de iniciação científica tem como objetivo analisar as condições de moradia considerando informações do Censo Demográfico de 2022, para o Brasil, Paraná, as regiões intermediárias e alguns municípios selecionados. Em geral, verificou-se que no Paraná há um menor número de domicílios vagos, improvisados e coletivos do que no país. No entanto, em algumas localidades as condições habitacionais são similares às observadas para o Brasil. Neste sentido, há importantes desafios para o atendimento das necessidades habitacionais no país e no Paraná. Assim, a moradia se constitui em um desafio para as políticas públicas do país, nas diversas esferas, uma vez que impacta diversos aspectos do bem-estar e da população.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o Brasil vem apresentando grandes transformações no aspecto habitacional. De acordo com a Caixa (2012), três fatores se destacam como causas dessas mudanças, a emigração da área rural para as cidades, o envelhecimento da população e modificações nas configurações familiares. No Brasil, em 2019, verificou-se que cerca de 30% dos domicílios eram privados de coleta de lixo e em torno de 10% apresentavam uma densidade nos dormitórios inadequados (Marcelino; Cunha, 2024). A moradia representa um fator importante na criação de estabilidade, saúde pública, justiça social e estímulo ao crescimento econômico. E é por estas razões, que o governo deve intervir nos mercados habitacionais mediante políticas e subsídios (Hoek-Smit; Diamond, 2003).

A habitação é algo muito importante para a população em geral, além de gerar um bem-estar, esse setor contribui para a economia como um todo. De acordo com Warnock e Warnock (2007), o setor habitacional pode melhorar a saúde pública, reduzindo a probabilidade de surtos de doença, estimula a economia através da criação de emprego, além disso há também consequencias socias que influenciam

na redução da criminalidade. Portanto, a questão habitacional tem grande importância social e política na maioria das sociedades.

De fato, a questão habitacional está inserida nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, em que o ODS 11, *tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis*, aborda a importância de garantir moradias seguras à população, de acordo com Agenda 2030 das Nações Unidas (Nações Unidas, 2020).

Neste contexto, o objetivo deste trabalho é analisar as condições habitacionais, do Paraná, considerando suas regiões e municípios, com base em informações do Censo Demográfico de 2022. São elaborados indicadores habitacionais, para o Brasil, o Paraná, as regiões intermediárias paranaenses e alguns municípios, bem como algumas estatísticas descritivas.

Segundo a Fundação João Pinheiro (2024), com base em informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE para o ano de 2022, o Brasil tinha um déficit habitacional de seis milhões de domicílios, o que representa 8,3% dos domicílios do país, predominantemente em domicílios com rendimento domiciliar de até dois salários-mínimos.

MATERIAIS E MÉTODOS

Foram utilizadas informações do IBGE Censo Demográfico de 2022. De acordo com o IBGE, os domicílios são subdivididos em particulares e coletivos. Os domicílios particulares são subdivididos em permanentes e improvisados. Por sua vez, os domicílios permanentes são ainda segmentados em ocupados e não ocupados. Para a análise desses indicadores foram considerados Brasil, Paraná, Regiões Intermediárias (Curitiba, Guarapuava, Cascavel, Maringá, Londrina e Ponta Grossa) e municípios selecionados (Curitiba, Guarapuava, Cascavel, Maringá, Londrina e Ponta Grossa).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na Tabela 1 pode ser observada que no ano de 2022, o Brasil tinha um total de 90 milhões de domicílios, dos quais 80% de domicílios particulares permanentes ocupados, 20% de domicílios particulares permanentes não ocupados, além de alguns domicílios particulares improvisados (0,07%) e domicílios coletivos (0,12%). Já o Paraná estava em melhor situação, com mais de 5 milhões domicílios, com 83% de domicílios particulares permanentes ocupados, 16,2% de domicílios particulares permanentes não ocupados, novamente com uma porcentagem baixa dos domicílios particulares improvisados (0,05%) e domicílios coletivos (0,10%). Desse modo, a proporção de domicílios permanentes não ocupados ou vagos é menor no Paraná do que no Brasil.

Considerando a segmentação do Paraná em suas seis regiões intermediárias, Curitiba com 1,8 milhão de domicílios obteve a menor porcentagem de domicílios

particulares permanentes ocupados (82,06%), seus domicílios permanentes não ocupados (17,78%). Por outro lado, a região de Cascavel, com 911 mil domicílios, tem a maior porcentagem de domicílios particulares permanentes ocupados (87,35%), enquanto os domicílios particulares não ocupados atingem apenas 12,51%.

Tabela 1. Composição dos domicílios particulares e coletivos, Brasil e Paraná, 2022

Localidade	Total	Particular			Coletivo
		Permanente		Improvisado	
		Ocupado	Não Ocupado		
Brasil	90.704.582	79,88	19,93	0,07	0,12
Paraná	5.029.064	83,70	16,15	0,05	0,10
Regiões Intermediárias					
Curitiba	1.800.949	82,06	17,78	0,03	0,12
Guarapuava	180.938	82,15	17,67	0,09	0,09
Cascavel	911.888	87,35	12,51	0,07	0,08
Maringá	853.688	84,53	15,34	0,05	0,07
Londrina	869.051	83,15	16,72	0,05	0,08
Ponta Grossa	412.550	82,93	16,91	0,04	0,12
Municípios selecionados					
Curitiba	789.846	86,84	12,99	0,03	0,15
Guarapuava	76.563	83,52	16,30	0,09	0,09
Cascavel	146.881	88,41	11,45	0,08	0,06
Maringá	180.117	86,90	13,00	0,03	0,08
Londrina	247.287	84,67	15,18	0,06	0,09
Ponta Grossa	156.341	81,66	18,23	0,02	0,08

Fonte: Dados básicos do Censo Demográfico do IBGE.

Entre os municípios selecionados, um para cada região intermediária, o município de Cascavel, com 146 mil domicílios, obteve maior porcentagem de domicílios particulares permanentes ocupados (88,41%) e menor porcentagem em domicílios particulares permanentes não ocupados (11,45%). Por sua vez, o município de Ponta Grossa com seus 156 mil domicílios, tem a menor porcentagem de domicílios particulares permanentes ocupados (81,66%) e maior porcentagem de domicílios particulares permanentes não ocupados (18,23%). A existência de domicílios vagos ou não ocupados indica que esses imóveis não estão cumprindo sua função social e podem causar problemas para a ordem pública. De fato, a Constituição da República de 1988, tratou da função social da propriedade, em que a moradia é garantida como um direito social fundamental. Neste sentido, a moradia se constitui em um

desafio para as políticas públicas do país, nas diversas esferas, uma vez que impacta diversos aspectos do bem-estar da população.

CONCLUSÕES

Este trabalho teve como objetivo analisar a condições habitacionais, notadamente no Paraná, destacando suas regiões intermediárias e alguns municípios selecionados, comparando com informações para o Brasil, a partir do Censo Demográfico de 2022. Em geral, verificou-se que no Paraná há um menor número de domicílios vagos, improvisados e coletivos do que no país. No entanto, em algumas localidades as condições habitacionais são similares às observadas para o Brasil. Neste sentido, há importantes desafios para o atendimento das necessidades habitacionais no país e no Paraná.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e à Universidade Estadual de Maringá pela bolsa de iniciação científica.

REFERÊNCIAS

CAIXA (Caixa Econômica Federal). **Demanda habitacional no Brasil**. Caixa Econômica Federal – Brasília, 169p, 2012.

FJP (Fundação João Pinheiro). **Brasil registra déficit habitacional de 6 milhões de domicílios.** Disponível em: https://fjp.mg.gov.br/brasil-registra-deficithabitacional-de-6-milhoes-de-domicilios/

HOEK-SMIT, M.; DIAMOND, D. B. **Subsidies for housing finance**. *Housing Finance International*, v. 17, n. 3, p. 3-13, Mar. 2003.

NAÇÕES UNIDAS. **Transformando o nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.** Nações Unidas: Brasil, 49p. 2020.

MARCELINO, G. C., CUNHA, M. S. **Pobreza multidimensional no Brasil: evidências para as áreas rurais e urbanas.** Revista de Economia e Sociologia Rural, 62(1), e266430, 2024. https://doi.org/10.1590/1806-9479.2022.266430pt

WARNOCK V. C.; WARNOCK, F. E. Markets and Housing Finance. **Journal of Housing Economics**, v.17, p. 239-251, 2007.